TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1º TRIMESTRE

2007

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Presidente
José Carlos Pacheco
Vice-Presidente
Wilson Rogério Wan-Dall
Corregedor-Geral
Luiz Roberto Herbst
Conselheiros
Moacir Bertoli
Otávio Gilson dos Santos
Salomão Ribas Junior
César Filomeno Fontes- Supervisor do Instituto de Contas

Auditores Substitutos de Conselheiro
Sabrina Nunes Ioken
Cleber Muniz Gavi
Gerson dos Santos Sicca

Procurador Geral junto ao TCE/SC
Márcio Rosa - Procurador Geral
Mauro Pedroso - Procurador Adjunto
Carlos Prola Junior - Procurador
Diogo Ringenberg - Procurador
Cibely Farias - Procuradora

Chefe de Gabinete da Presidência
Luiz Alberto de Souza Gonçalves

Diretoria Geral de Planejamento e Administração
Wilson Dotta

Diretor Geral de Controle Externo
Eloia Rosa da Silva

Elaboração

Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais
Cláudio Cherem de Abreu

Departamento de Planejamento e Indicadores
Raul Fernando Fernandes Teixeira

Responsável Técnico
Hamilton de Souza Machado

Internet: **http:// www.tce.sc.gov.br**
Rua Bulcão Viana, 90 – Centro
88020.160 - Florianópolis – SC
dpe@tce.sc.gov.br

SUMÁRIO

		Página
	APRESENTAÇÃO	05
	RESUMO	06
1.	COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS	07
2.	ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	09
2.1.	Jurisdição	09
2.2.	Sessões Plenárias	10
2.3.	Decisões	10
2.4.	Processos Autuados	10
2.4.1.	Instrução e Julgamento de Contas	11
2.4.2.	Processos Julgados	11
2.4.3.	Execução de Débitos	13
2.5.	Movimentação de Processos	13
2.6.	Apreciação de Denúncias, Representações, Consultas e Recursos	14
2.7.	Fiscalizações a cargo do Tribunal de Contas	15
2.7.1.	Auditorias e Inspeções	15
2.7.2.	Atos Sujeitos a Registro	15
3.	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	16
3.1.	Recursos Orçamentários e Financeiros	16
3.1.1.	Previsão Orçamentária	16
3.1.2.	Alteração Orçamentária	16
3.1.3.	Execução Orçamentária	16
3.1.4.	Execução Financeira	18
3.1.5.	Repasses do Tesouro do Estado ao TCE/SC	19
3.2.	Licitações, Contratos e Convênios	20
3.3.	Recursos Humanos	22
3.3.1.	Quadro de Pessoal do TCE/SC	22
3.3.2.	Distribuição Funcional do TCE/SC	23
3.3.3.	Treinamento e Aperfeiçoamento	23
3.3.3.1.	Curso de Aperfeiçoamento de forma direta	23
3.3.3.2.	Curso de Aperfeiçoamento de Pós-Graduação	24
3.3.3.3.	Programa Portas Abertas	24
3.4.	Programa de Estágio	24
4.	MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	26
4.1.	Alteração da Estrutura do Tribunal de Contas de Santa Catarina	26
4.2.	Divulgação Institucional	26
4.3	Convênios e Acordos de Cooperação	27
	ANEXOS	
	ANEXO A - SIGLAS E ABREVIATURAS	28
	ANEXO B - GLOSSÁRIO	29

LISTA DE TABELAS

		Página
1.	Competência Constitucional do Tribunal de Contas	07
2.	Competência Legal do Tribunal de Contas	07
3	Unidades Fiscalizadas - Estadual e Municipal	09
4.	Processos Autuados no primeiro trimestre de 2007	10
5.	Processos Julgados ou Apreciados	12
6.	Decisões do Tribunal Pleno com Imputação de Débitos e/ou Aplic. de Multas	13
7.	Processos com Decisões Definitivas do Tribunal Pleno - Encaminhamento p/ Cobrança de Débitos e Multas	13
8.	Movimentação de Processos nas Diretorias Técnicas	14
9.	Auditorias Realizadas	15
10.	Atos de Pessoal, Pensão e Auxílio Especial Julgados pelo Tribunal Pleno	15
11.	Resumo da Execução Orçamentária	16
12.	Resumo da Execução Orçamentária do TCE/SC por Projeto/Atividade	18
13.	Receitas, Despesas e Disponibilidades Financeiras	18
14.	Repasses do Tesouro do Estado ao TCE/SC	20
15.	Licitações, Contratos e Convênios	20
16	Quadro de Pessoal do TCE/SC	22
17.	Distribuição Funcional do TCE/SC	23
18.	Servidores em Cursos de Pós-Graduação	24
19.	Lotação de Estagiários no TCE/SC	25
20.	Convênios e Acordos de Cooperação	27

LISTA DE GRÁFICOS

1.	Processos Julgados no primeiro trimestre de 2007	12
2.	Movimentação de Processos nas Diretorias Técnicas do TCE/SC	14
3.	Execução Orçamentária do TCE/SC	17
4.	Resumo da Execução Orçamentária no TCE/SC	17
5.	Composição Percentual da Execução Orçamentária por Ação do TCE/SC	18
6.	Comportamento da Receita e Despesa Financeira do TCE/SC	19
7.	Resumo dos Repasses do Tesouro do Estado ao TCE/SC	20
8.	Distribuição Percentual dos Cargos Ocupados	22

APRESENTAÇÃO

Sr(a)s. Deputados (as)

Considerando que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, instituição de excelência no controle externo da administração pública e da gestão dos recursos públicos, cumpre com as competências constitucionais e legais que lhe foram atribuídas, atendendo às expectativas da sociedade e do Poder Legislativo.

Considerando que as diligências descritas nos Relatórios de Atividades do TCE/SC encaminhados à Assembléia Legislativa, demonstram a política deste Tribunal, centrada nos avanços técnicos na área de controle externo, objetivando o fortalecimento institucional, a fim de que esta Corte possa cumprir a sua missão constitucional, de acordo com o esculpido no artigo 59 da Constituição Estadual.

Considerando o acima exposto, esta Corte de Contas encaminha à Augusta Assembléia Legislativa o Relatório das Atividades desenvolvidas no primeiro trimestre do ano de 2007, no qual são apresentados os principais resultados deste Tribunal, bem como as ações administrativas mais relevantes no período, em atenção ao disposto no art. 59, §4º da Constituição do Estado, combinado com o parágrafo único do art. 112 da Lei Complementar nº 202/2000 (Lei Orgânica do TCE/SC).

Conselheiro José Carlos Pacheco
Presidente

RESUMO

Os principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no primeiro trimestre de 2007 estão sintetizados a seguir:

- **Autuação** de 1.045 processos.
- 1.293 processos apreciados.
- **5.910** processos instruídos pelas Diretorias Técnicas do TCE/SC.
- 427 acórdãos proferidos.
- 16 **sessões** realizadas pelo Tribunal Pleno.
- Imputações de débitos e/ou aplicação de multas em Decisões do Tribunal Pleno no valor de **R$.296.579,78** (duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos).
- Decisões definitivas do Tribunal Pleno com encaminhamento para cobranças de débitos e de multas no valor de **R$ 3.827.790,20** (três milhões oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e noventa reais e vinte centavos).
- Assinatura de **convênio** com o Ministério Público visando o aprimoramento de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente nas atividades de controle externo dos atos da Administração Pública.